



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA.



Embargo de Declaração nº 0185168-3/02
4ª Câmara Cível
Origem: 19ª Vara Cível da Capital.
Embargante: Jessé Marques da Cunha
Embargado: Banco Mercantil do Brasil S/A
Relator: Juiz Josué Antônio Fonseca de Sena

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ART. 535 CPC – FALTA DE ALUSÃO A PRECEITO LEGAL E A JULGADOS DO STJ. OMISSÃO INEXISTENTE. EMBARGOS CONHECIDOS APENAS PARA EFEITO DE PRÉQUESTIONAMENTO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

- 5492
1. A falta de menção a preceito legal quando a matéria foi solucionada, não dá ensejo à oposição de embargos de declaração, tampouco a não alusão a julgados quaisquer.
 2. Mesmo nos embargos com objetivo de buscar as vias Especial e Extraordinária, devem ficar demonstradas as figuras elencadas no art. 535 do CPC (obscuridade, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material), sob pena de rejeição.
 3. Embargos declaratórios conhecidos, tão somente para fins de prequestionamento, mas Improvidos.

ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram como partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 4ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, conhecer os embargos declaratórios, tão somente para fins de prequestionamento, mas rejeita-los, nos termos do voto do Relator, votos e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do julgado.

Participaram do julgamento os Desembargadores Eduardo Augusto Paurá Peres (Presidente), Eurico de Barros Correia Filho e Josué Antônio Fonseca de Sena (Relator Substituto).

Presente no julgamento o Procurador de Justiça Procurador de Justiça Valdir Barbosa Junior.

Recife, 25 de janeiro de 2010.
(data da lavratura¹).

JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA
Relator

¹ Julgado na Sessão de 14 de janeiro de 2010.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Fonseca de Sena



166

4ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0185168-3/02

EMBARGANTE: JESSÉ MARQUES DA CUNHA

EMBARGADO: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A

RELATOR : Des. JOSUÉ FONSECA DE SENA

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração com o fito de saneamento de questões omitidas no acórdão e fins de pré-questionamento, nos autos do Agravo de Instrumento, impetrado por Jessé Marques da Cunha.

Alega o embargante, em suma, que o v. acórdão é omissivo, na medida em que deixou de emitir juízo expresso acerca do art. 273, I, do CPC e art. 93, IX, da CF e do julgados do Superior Tribunal de Justiça no RESP nº 814100 e nº 551682.

Postulando o pré-questionamento das questões citadas acima e requerendo o acolhimento dos embargos.

Vieram-me conclusos.

É o relatório.

Recife, ~~08~~ de janeiro de 2010


Des. Josué Fonseca de Sena
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos



167

4ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0185168-3/02

EMBARGANTE: JESSÉ MARQUES DA CUNHA

EMBARGADO: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A

RELATOR : Des. JOSUÉ FONSECA DE SENA

VOTO

Os embargos não procedem.

As questões vertidas nos autos foram conveniente e devidamente respondidas e resolvidas, revestindo-se os declaratórios como rediscussão da matéria, por não ser a decisão embargada coincidente com a tese da embargante.

Esta Corte de Justiça entendeu por converter o Agravo de Instrumento interposto em Agravo Retido, tendo em vista não vislumbrar as condições necessárias para o processamento deste de modo instrumentalizado, uma vez que, não restou demonstrado que a decisão guerreada ao deixar para apreciar a liminar após a citação da parte adversa acarretaria risco de lesão grave ao direito do Agravante.

Ademais, a falta de menção a preceito legal quando a matéria posta foi solucionada, não dá ensejo à oposição de embargos de declaração, tão pouco a não alusão a julgados quaisquer.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos



168

Nesse sentido já se manifestou o STJ, **verbis**:

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO INEXISTENTE - PRECEDENTES STJ - A falta de menção expressa do preceito legal que aborda a matéria posta na apelação, não importa necessariamente em ausência de prequestionamento, sendo bastante que o Tribunal aprecie e solucione as questões federais a que se referem os preceitos legais invocados pelo recorrente. Inocorrentes os pressupostos traçados pelo art. 535 CPC, impõe-se a rejeição dos embargos. Embargos de declaração rejeitados. (STJ - EDRESP 124646 - RS - 2º T. - Rel. Min. Francisco Peçanha Martins - DJU 11.09.2000 - p. 00236). (in Juris Síntese, n.º 28, versão março/abril/2001).

Outrossim, não há que se falar de omissão por ausência de fundamentação da decisão vergastada. Tendo em vista que, o relator ao reiterar a decisão anterior negando-se a se retratar, rejeita o Agravo Regimental nos mesmos termos e fundamentos da anterior negativa do Agravo de Instrumento interposto, tendo sido tal decisão, inclusive, transcrita em sua íntegra no corpo da decisão ora atacada.

É sabido, ademais, que os embargos de declaração são cabíveis, somente, nos casos em que houver na decisão, sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição ou quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal, não se prestando a rever matéria deduzida no decorrer da lide e nas razões recursais ou contra-razões, visto que servem, apenas, para os casos especificados no Diploma Adjetivo Brasileiro.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos



A definição traçada sobre as questões postas, não tem o condão de conferir à parte acesso aos embargos de declaração sob o fundamento de que o decisório foi contraditório ou omissivo por não ter enfrentado dispositivo legal eventualmente mencionado nas razões recursais ou contra-razões, ou que, por reflexo, em face do veredicto ditado, possam ter sido atingidos.

Destarte, mesmo nos embargos com objetivo de buscar as vias Especial e Extraordinária, devem ficar demonstradas as figuras elencadas no dispositivo legal referido (obscuridade, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material), sob pena de rejeição.

O que pretende o embargante, ao interpor estes aclaratórios nada mais é do que rememorar a matéria de mérito da causa, o que se distancia do instituto dos embargos de declaração a que se refere o art. 535 e seguintes do CPC.

Isto posto, conheço dos presentes embargos apenas para efeito de pré-questionamento, mas nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 10 de janeiro de 2010


Des. Josué Fonseca de Sena

Relator